

Sobre a inclusão do elemento diacrônico na teoria morfológica: uma abordagem epistemológica

Mário Eduardo Viaro
Universidade de São Paulo (Brasil)
gmhp@usp.br

Recibido o 18/06/2009. Aceptado o 08/02/2010

On the inclusion of a diachronic dimension in morphological theory: an epistemological approach

Resumo

À medida que modelos teóricos tentam ampliar seu escopo de atuação, torna-se necessária alguma revisão de conceitos correntes ou, no caso extremo, o seu total refazimento. A metalinguagem reutilizada em diferentes modelos, sem o prévio remodelamento dos pressupostos, pode gerar inconsistências e explicações *ad hoc*. Desse modo, o atual interesse por questões históricas da parte de algumas subáreas da Linguística que sempre privilegiaram apenas o aspecto sincrônico da linguagem pode gerar, sem uma revisão historiográfica, modelos com problemas de coerência interna. É o caso da teoria morfológica. Com vista a sínteses teóricas, reveem-se, neste artigo, conceitos incompatíveis com o estudo diacrônico, como a questão do falante-ouvinte ideal.

Palabras chave

Produtividade, diacronia, Morfologia, sufixos, epistemologia da Linguística

Sumario

1. Introdução. 2. Produtividade versus prolificidade. 3. Pesquisa da essência versus método da pesquisa. 4. Polissemia versus homonímia. 5. O problema das exceções. 6. O conceito de competência. 7. Modelos científicos em Linguística. 8. Conclusões.

Abstract

At a time when theoretical models endeavour to extend their scope, the need arises to review, or in some cases even to renew completely, certain established concepts. Inconsistencies and ad hoc explanations can arise from the transfer of metalanguage from one theoretical model to another without re-examining their assumptions. Thus the recent attention paid to historical issues in some sub-areas of linguistics traditionally concerned almost exclusively with synchronic considerations may result in models lacking internal coherence unless subjected to historiographic revision. Morphological theory is one such area. This paper reassesses concepts such as that of the ideal speaker-hearer, calling into question their compatibility with diachronic analyses with a view to achieving a new theoretical synthesis.

Keywords

Productivity, diachrony, morphology, suffixes, Epistemology of Linguistics

Contents

1. Introduction. 2. Productivity vs prolificness. 3. Essential research vs research methods. 4. Polysemy vs homonymy. 5. The problem of exceptions. 6. The concept of competence. 7. Scientific models in linguistics. 8. Conclusions.

1. INTRODUÇÃO

O termo *Morfologia* nasceu na Botânica e apareceu, pela primeira vez, num diário de Goethe (25/09/1796), em seguida, numa carta sua a Schiller (12/11/1796). Usado na Fisiologia em 1800 por Karl Friedrich Burdach (*Propädeutik zum Studium der gesammten Heilkunst*. Leipzig), foi adotado, em seguida, pela anatomia. Mas foi empregado pela Linguística somente em 1859, por August Schleicher (Salmon 2000). Sua aceitação, porém, foi lenta: para o mesmo estudo equivalente, Said Ali, por exemplo, ainda preferia em 1921 o termo *Lexeologia*. A despeito da recente denominação, a Morfologia *lato sensu* talvez tenha sido a área mais explorada dos estudos da linguagem: a sistemática dos paradigmas e as tabelas remontam ao período medieval e, indo mais para o passado, confunde-se com a própria história dessa ciência, tomada num sentido lato (Black 2000). Há setores da Linguística que necessitariam de maiores reflexões devido à manutenção de certas perspectivas da gramática tradicional e, com certeza, há ainda necessidade de discutir o lugar da Morfologia. De fato, alguns autores, de acordo com suas perspectivas teóricas, chegaram a propor fusões com a Fonologia ou com a Sintaxe, buscando maior abrangência a seus modelos (Spencer 1991).

Sobretudo quando o mesmo objeto de estudo é focado numa perspectiva sincrônica ou diacrônica torna-se, hoje em dia, evidente a necessidade de questionar alguns conceitos, com o intuito de os definir melhor, se desejarmos que conceitos de uma sejam empregados pela outra ou a auxiliem (Bybee 1985). Cumpre observar que ambas as perspectivas se tornaram mutuamente excludentes entre a década de 50 e a de 90 do século XX, quando importantes conquistas da Linguística ocorreram e isso se refletiu na metalinguagem empregada. Recuperar o significado original dos conceitos, alterado pelos modelos é um passo recomendável, como mostraremos à luz de outras bem-sucedidas áreas, como a Taxonomia Zoológica. Os paralelismos apresentados neste trabalho têm o propósito de mostrar que, sobre alicerces claramente definidos, é possível trabalhar com objetos muito complexos – ainda que, obviamente, muito distintos – de modo organizado e progressivo. Localizar incompatibilidades antes de avançar nas fusões das linhas é outra cautela necessária, se tivermos o intuito de aperfeiçoar os mesmos conceitos.

Nesse sentido, discutir-se-ão as definições e os pressupostos de termos como *produtividade*, *homônímia* e *competência*, amplamente utilizados pela teoria morfológica sob a ótica sincrônica. Como se verá, tais conceitos, quando da recente reinclusão do elemento diacrônico em Morfologia Derivacional, sobretudo no tocante a processos de afixação, requerem alguns questionamentos. Deter-se-á, para tal, no caso dos sufixos nas palavras derivadas. Nelas distinguem-se claramente o *significado do sufixo* como distinto do *significado do radical* e ambos distintos dos *significados da palavra derivada*. Spencer (1991: 44) flagra esse fenômeno com outras palavras:

the meaning of a phrase tends to be determined compositionally from the meaning of its component words. However, the meaning of words is not always determined compositionally. In some cases, it is the word as a whole which bears the meaning, and the relationship between the meaning of the parts and the meaning of the whole word can be obscure.

Ou seja, parte-se do fenômeno de que cada parte não se apresenta sempre na soma, a qual estaria em outro nível: as partes estudam-se pela Morfologia, o todo pela Lexicologia. A Semântica atuaria nos dois níveis. Da mesma forma, oxigênio e hidrogênio têm propriedades distintas da água, que é a combinação dos dois, mas as três substâncias se estudam pela Química.

2. PRODUTIVIDADE VERSUS PROLIFICIDADE

O conceito atual de *produtividade*, utilizado pela Morfologia, reveste-se de grande importância, embora alguns pressupostos que o sustentem nem sempre sejam claramente declarados. Tal assunto não poderia ser discutido sem mencionar o questionamento de Basilio (2002: 365):

(...) a pesquisa de produtividade lexical se esteia fortemente em julgamentos de aceitabilidade e interpretação de formas não-existentes; ora, não podemos testar um *corpus* e as ocorrências nele verificadas podem ser oriundas diretamente de uma lista de entradas lexicais, não se constituindo, portanto, em evidências de operação de processos específicos. As evidências com que podemos lidar são, portanto, de ordem indireta e de difícil obtenção. Por um lado, a eventual ocorrência de afixos deslocados de suas combinações costumeiras; por outro, ocorrências de construções não-dicionarizadas, tomada a não-dicionarização, na falta de critério mais adequado, como evidência do caráter neológico da formação.

Sendo a produtividade entendida como quer Aronoff (1976: 35), ou seja, a possibilidade de uma regra de formação de palavras (*RFP*) produzir novos itens lexicais, conclui-se que uma regra improdutiva tem sua aplicação limitada a uma lista de bases em que ocorre. Na prática, contudo, segundo Basilio, há uma ambiguidade no uso do termo, uma vez que por *produtividade* também se entende a “*frequência de aplicação, conforme refletida no número de produtos, abarcando, ao mesmo tempo, os níveis de competência e desempenho*” (Basilio 2002: 366). Urge, assim, atentar para uma distinção entre a produtividade e as condições de produção (que podem ser de ordem variada num dado *corpus*), feita pela autora, ao separar os elementos produtivos / improdutivos dos elementos mais ou menos operantes. Uma *forma possível* ao mesmo tempo inclui formas não-existentes no léxico, mas não inclui necessariamente toda *forma existente*, pois “*a classe de construções possível determinada por uma RFP, da mesma maneira que inclui formas não-existentes no léxico, também pode excluir formas existentes, dado que o léxico é um depósito de produtos, heranças e empréstimos e, portanto, não reflete a situação sincrônica da produtividade dos processos lexicais*” (Basilio 2002: 372).

Além disso, o termo técnico *produtivo* é polissêmico, como observaram as análises do Grupo de Morfologia Histórica do Português (GMHP), da Universidade de São Paulo (www.usp.br/gmhp). Nem todas as palavras criadas e usadas num século serão herdadas pelo século seguinte: algumas simplesmente são abandonadas. Reconstruir o número de palavras abandonadas e sobreviventes é possível, em parte, a partir de uma lista obtida em dicionários nos quais podemos encontrar informação etimológica com relação à sua primeira abonação. Os fatores que participam da integração da palavra ao léxico da língua são parcialmente compreendidos, de modo que a aceitação ou abandono de formas neológicas, nas diversas sincronias que se podem depreender num percurso diacrônico, parece obra do acaso. Como diacronicamente é preciso trabalhar com duas etapas no mínimo, só é possível, na prática, fazer uma avaliação de produtividade com a sincronia atual e uma sincronia pretérita ou com duas sincronias pretéritas. Uma diacronia que pretenda estabelecer o seu *terminus a quo* no presente fará previsões para o futuro.

Alerte-se para o fato de que um recorte sincrônico de qualquer época de qualquer língua teremos o fenômeno da *convivência sincrônica* de dados formados em sincronias pretéritas. Servindo-nos dos afixos do português em nossa exemplificação, sabemos que no português do século XXI estão disponíveis aos falantes alguns itens como *guerreiro* (já testemunhado no século XIII), *lisonjeiro* (séc. XV) e *hospedeiro* (séc. XVIII), todos convivendo na sincronia atual. Dado que de cada sincronia destacada num estudo diacrônico se depreende um sistema com características parcialmente distintas (agrupadas arbitrariamente sob o rótulo de *língua portuguesa*), os itens, pertencentes a esses sistemas, refletem antigas produtividades. Parte do resultado delas convive no sistema atual, fazendo-nos voltar à situação heterogênea do léxico. O mesmo se pode pensar da dimensão diatópica e diastrática.

O número que reflete quantidade de itens criados em cada sincronia, somado aos sobreviventes da sincronia anterior (ou seja, todos os itens, menos os que se tomaram arcaísmos) não é, de fato, o mesmo que a capacidade gerativa de cada sincronia, embora ambas recebam, por vezes, o nome de *produtividade*. Essa quantidade deveria, portanto, ter um nome distinto, para evitar-se ambiguidade terminológica. Propusemos, para tal dado, o termo *prolificidade* (Viaro 2006), a qual seria equivalente ao *cardinal* do léxico, segundo nomenclatura da Teoria dos Conjuntos. O mesmo vale para subconjuntos do léxico, como por exemplo, para as palavras derivadas por sufixação.

Se, diacronicamente, o número de arcaísmos for constante, ao representarmos a prolificidade num gráfico de palavras sincronicamente válidas, teremos *sempre* uma curva crescente. Isso, porém, é ilusório, pois não reflete a realidade do que ocorre na língua: as palavras não-abonadas são perdidas para sempre e não podem entrar no cômputo para avaliarmos se existem quedas reais de prolificidade. Desse modo, a prolificidade e a frequência de uso são peças-chave da neologia, uma vez que a capacidade gerativa da produtividade, do ponto de vista do falante, depende intuitivamente delas, sem as quais não seria gerativa. Trata-se dos verdadeiros mecanismos paradigmogênicos que promovem a produtividade. Sob a ótica humboldtiana, a produtividade seria a *enérgeia*, enquanto o léxico seria o *érgon*, mas em diacronia, mecanismos de fundo psicológico como a analogia mostram que, inversamente, esses elementos paradigmogênicos (prolificidade e frequência de uso) alavancam a *enérgeia*.

Se pensarmos que produtividade é a *capacidade de ainda se gerarem novos elementos* e prolificidade, a *quantidade de elementos já gerados*, observaremos que a primeira aponta para o futuro do léxico, enquanto a segunda, para o passado.

Nada impede, portanto, que esses termos sejam discutidos conjuntamente. Assim, pode-se afirmar que sufixos como *-engo*, *-isco* ou *-eba* são improdutivos (ou pouco produtivos) e ao mesmo tempo são pouco prolíficos. O mesmo se pode dizer do sufixo *-eiro* no seu sentido 'gentílico', que sofre a concorrência dos produtivos *-ense* e *-ano*. Um prefixo *cis-* é produtivo e prolífico apenas no jargão da Química, assim como o sufixo *-ídeo* o é na Zoologia. Isso poderia fazer confundir os dois fenômenos, mas nem sempre elementos prolíficos são produtivos ou vice-versa. Contudo, uma altíssima produtividade numa determinada sincronia não garante sempre uma alta prolificidade (como ocorreu na passagem do sufixo latino *-culus* para o português *-elho*). O *-eiro* para profissões atualmente tem alta prolificidade, mas não goza da mesma produtividade de séculos anteriores, pois foi suplantado por *-ista*, que é o formador de profissões por excelência na língua atual. De fato, quando estudamos palavras portuguesas criadas no século XV, verificamos que o sufixo *-ista* era ainda pouquíssimo produtivo. Sua produtividade só aumentará, de fato, no século XIX. Já um sufixo como *-eiro*, que tinha uma produtividade crescente ao longo do tempo, vem diminuindo sua produtividade geral desde o século XVIII. Os gráficos seguintes foram obtidos por meio dos dados constantes em Houaiss & Villar (2001):

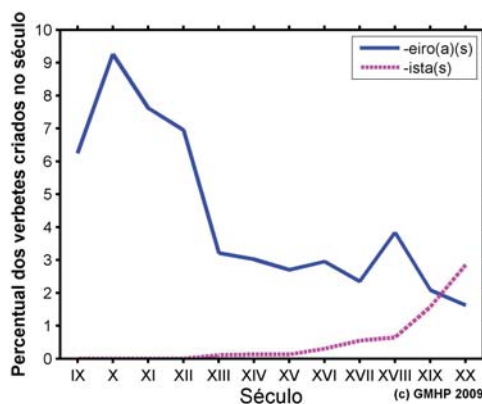


Gráfico 1. Produtividade relativa dos sufixos *-eiro(a)(s)* x *-ista(s)*

O gráfico 1 mostra a *produtividade relativa* do sufixo, dito de outra forma, sua representatividade ao longo dos séculos. Apresenta o percentual de palavras criadas com determinado sufixo em cada século, sobre o total de criações daquele século. No entanto, dado um sufixo qualquer e o total de criações (pancronicamente falando) pode-se obter a *produtividade abso-*

luta de cada sufixo em cada século, como no gráfico 2 abaixo. Nesse caso, também se revela a queda de *-eiro* face à progressão de *-ista*.

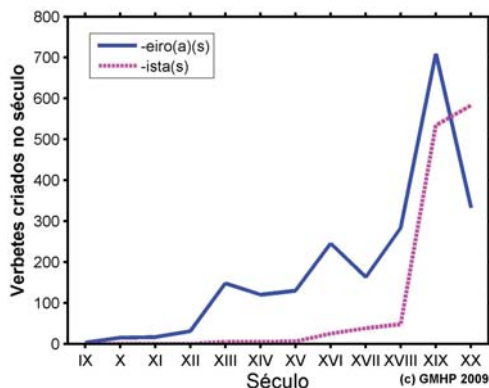


Gráfico 2. Produtividade absoluta dos sufixos *-eiro(a)(s)* x *-ista(s)*

Sufixos eventualmente usados em gírias de grupos muitas vezes têm alta produtividade, mas baixa prolificidade (como é o caso de *-érrimo*). Muitas vezes isso é um efeito de estilo, como podemos flagrar nos textos do escritor brasileiro Alexandre Ribeiro Marcondes Machado (1892-1933), nos quais seu heterônimo Juó Bananére usa com bastante frequência o pseudossufixo *-imo*: *animo*, por *ano*; *viaduttimo*, por *viaduto*; *mesimo*, por *mesmo*; *barrimo*, por *bairro* etc. Também pode haver elementos produtivos e prolíficos. Neste grupo, citem-se as terminações regulares da Morfologia Flexional.

O critério da produtividade não deve fundamentar a distinção entre flexão e derivação. Como as terminações flexionais têm altíssima produtividade *latu sensu* e o mesmo ocorre com sufixos como *-inho*, reconhecidamente derivacional, no português brasileiro, o parâmetro da produtividade de 100% não é justificativa para separar as duas áreas de estudo da Morfologia. Na área da derivação, produtividades com capacidade gerativa de 100% aparentemente só ocorrem quando não há concorrência de formas para expressar o mesmo significado: é o caso do sufixo *-eiro* para nomes de árvores. Em línguas aglutinantes como o turco, tais produtividades são comuns, pois ocorrem na maioria dos sufixos derivacionais (Jansky 1982).

3. PESQUISA DA ESSÊNCIA VERSUS MÉTODO DA PESQUISA

As afirmações anteriores acerca da produtividade escondem alguns paradoxos, quando aplicadas. É fácil demonstrar que a produtividade se pode conhecer introspectivamente, ou seja, pela intuição fornecida pela *competência* do falante. Dessa forma, é possível, intuitivamente, como falantes do português, separarmos sufixos muito produtivos (*-eiro*, *-ista*, *-inho*), pouco produtivos (*-engo*, *-uço*, *-eba*) e improdutivos (*-ádego*). Essa separação também tem comprovação de sua verdade por meio da ferramenta operacional dos *corpora*. Já a prolificidade não é depreensível intuitivamente, uma vez que depende muito mais de investigações e cálculos *a posteriori*. Na verdade, a dificuldade que temos para a prolificidade, dado que um *corpus* não substitui uma língua a não ser metodologicamente, é a mesma que deveríamos ter para a produtividade.

Em ciência, sempre há a busca de amplos sistemas dedutivos baseados em formulações gerais, sobre as quais se criam regras particulares, obtidas por meio da introdução de variáveis,

de modo que os casos dissidentes se revelam subcasos do geral. Em qualquer construto com escopo universal é relativamente fácil apontar exceções, uma vez criada alguma lei ou regra universal. No entanto, a existência de uma exceção quase nunca invalida uma teoria dedutiva, pois essa é, normalmente, comprovável num número colossal de dados. No entanto, as exceções são alavancas para o desenvolvimento científico. Uma teoria pode tornar-se frágil devido à mudança dos pressupostos epistemológicos, ao acúmulo de exceções, a variáveis desnecessárias e ao excesso de explicações *ad hoc*; no entanto, só perderá seu poder de convencimento quando for possível substituí-la por outra, totalmente distinta, com maior abrangência. Na história da ciência, uma simples evidência contrária, por mais forte que fosse, nunca derrubou nenhuma teoria. A busca da variável, portanto, costuma anteceder a busca de um novo modelo.

Observando neutramente o objeto de estudo da Linguística, veríamos que a língua estática é apenas uma miragem dos seus usuários que, normalmente, desconhece o seu passado e utiliza suas relações abstratas de forma pouco consciente para a comunicação. Um *modelo* que pressupõe uma língua estática entre seus pressupostos fundamenta a perspectiva da gramática tradicional, desde Dionísio Trácio. Isso não quer dizer que, sendo a língua inegavelmente dinâmica, não possamos falar de *sincronia*. A abstração que nos permite reconstruir uma sincronia é um *procedimento* científico – extremamente válido – para entendermos o funcionamento das línguas: antes de tudo, fundamenta um método e não é, portanto, um modelo *per se*, pois nenhum linguista suporia que a língua é, de fato, estática (Coseriu 1973).

No entanto, se a língua é dinâmica, uma linguística que pretenda descrever sua história, fará, na verdade, modelos sobre a *essência* da língua. A dinamicidade da língua é verificável tanto na ontogenia do falante – que fala diferentemente aos três e aos setenta anos – quanto na filogenia do sistema, pois palavras e estruturas passam, por imitação de indivíduo para indivíduo, de geração para geração, propagando-se de forma lenta, porém mais parecida com os modelos epidemiológicos do que propriamente com as árvores genéticas schleicherianas. Tudo que nos faz afirmar estarmos perante o mesmo sistema, dados dois indivíduos ou o mesmo indivíduo em duas etapas de vida, é, na verdade, uma abstração de inúmeros fenômenos. A identidade que garante os chamados sistemas linguísticos depende, muitas vezes, de fatores extralinguísticos, como, por exemplo, a história das populações que se servem deles e outros fatores ideológicos variados. Mesmo a intercomunicabilidade não é um elemento de fácil utilização para a caracterização das línguas. Nesse sentido, a fragmentação faz parte da essência das línguas (Schuchardt 1866-1868, 1885). O sucesso de uma palavra nova, sua expressividade e difusão é diretamente proporcional à capacidade de servir de *molde* para outras (Viaro 2007: 45-47).

Desse modo, não há paradoxo, nem desdouro ao articularem-se sincronia e diacronia: o recorte sincrônico é um método, já a descrição diacrônica flagra a essência de um *ser* específico, denominado língua, a qual, por sua vez é um objeto unificado pela nossa abstração. Segundo Rio-Torto (1997: 215), “*no estado actual de uma língua, há aspectos que não necessariamente se confinam ao conhecimento aduzido por uma análise exclusivamente sincrónica*”. Se estudar as línguas é investigar suas características e suas propriedades, a postura diacrônica jamais deve ser desconsiderada:

uma abordagem estritamente sincrônica pode distorcer ou falsear a interpretação da estrutura das palavras, pelo que a análise destas não prescinde duma simultânea consideração da sua história; sincronia e diacronia não são perspectivas disjuntas, mas complementares (Rio-Torto 1997: 897).

O contrário também é verdade: quem investiga a diacronia deveria valorizar o estudo sincrônico. Da mesma forma que é preciso abstrair nosso objeto “língua” para começar a entendê-lo, deve-se abstrair o tempo em que esse objeto ocorre, por vezes, para estabelecer as etapas

válidas em diacronia. No entanto, é necessário não perder de vista que nosso objeto de estudo é fruto dessas abstrações e não a própria realidade, como amiúde ocorre.

Paralelamente, o *falante ideal*, no sentido chomskyano, não pode ser nenhum falante real, o que seria uma contradição. Dessa forma, desde Platão, uma ideia é manifestada por meio dos seres individuais, portanto, nenhum indivíduo pode equivaler a uma ideia:

linguistic theory is concerned primarily with an ideal speaker-listener, in a completely homogeneous speech-community, who knows its language perfectly and is unaffected by such grammatically irrelevant conditions as memory limitations, distractions, shift of attention and interest, and errors (random or characteristic) in applying his knowledge of the language in actual performance. (Chomsky 1965: 4)

Na literatura em português ocorre, por vezes, forte reação contra uma postura que proponha a reintrodução ou a validade do elemento diacrônico nos estudos sincrônicos, como em vários passos de ROCHA (1998). Rechaçar o conhecimento histórico é uma postura isolada em ciência, que vem sendo corrigida em Linguística há cerca de vinte anos, sem o aproveitamento dos dados e reflexões das conquistas anteriores à década de 20 do século XX. Não levar em conta a história, equivaleria à postura de um zoólogo que pretenda descrever a fisiologia dos animais e que ignore dados da evolução das espécies, imaginando *a priori* que o apêndice cecal humano, por exemplo, por não ter supostamente nenhuma função, seja algo que não precisa ser considerado nessa descrição. De fato, a evolução não teria importância para um modelo que pretenda entender uma *função* qualquer desse aparelho, como, por exemplo, a digestão, mas para a *descrição* do aparelho digestivo em si não faria sentido deixá-la de lado, tendo por base apenas esse aspecto pragmático, por mais importante que seja para a vida.

É inevitável observar que, na falta de uma língua real, um modelo de língua deveria pressupor sempre o elemento histórico, se visa à descrição da sua estrutura, a menos que entendamos por língua exclusivamente sua faceta pragmática e sua função comunicativa, componentes, aliás, muito importantes.

4. POLISSEMIA VERSUS HOMONÍMIA

Outro aspecto que atrapalha sobremaneira o diálogo entre linguistas de diferentes linhas é a diversidade de conceitualizações. A variação semântica nos termos técnicos é muito prejudicial em qualquer ciência. Citemos o caso da nomenclatura zoológica. Para resolver o inextricável problema dos nomes científicos estabeleceu-se o ICZN (*International Commission on Zoological Nomenclature*, disponível em <http://www.iczn.org>), órgão internacional que se diz “*Responsible for providing and regulating the system that ensures every animal has a unique and universally accepted scientific name*”. Em vigor desde 1895, utiliza-se o *princípio da prioridade*, contado a partir de um marco-zero: a data arbitrária de primeiro de janeiro de 1758 (referente ao ano da publicação da 10ª edição do *Systema Naturae* de Carolus Linnæus e da obra *Aranei Svecici*, de Carl Alexander Clerk, artigo §1.3.1), definido e aceito universalmente. Toda uma legislação foi criada a partir das mais complexas situações que surgem. Questões como o país da publicação ou a língua em que foi escrita não contam na valoração de questões adjudicatórias, evitando-se, assim, correntes e modismos e, concentrando-se no fato a ser estudado. É verdade que esse código só vale para a Zoologia e não também para a Botânica. Tampouco leva em consideração nomenclaturas supragenéricas. Mesmo assim, as decisões em Linguística estão muitíssimo longe de algo tão bem organizado, pois a corrente e seus pressupostos são colocados, normalmente, em primeiro plano, os quais costumam ser esquecidos por escritos subsequentes. Uma organização semelhante em Linguística seria um excelente expediente que evitaria a necessidade do estabelecimento de termos e sinônimas dependen-

tes das correntes. Tampouco contariam idiosincrasias históricas ou políticas, as quais acabam por confundir as hegemonias com os núcleos de pensamento. O que falta, porém, para implementar-se um órgão internacional equivalente para a nomenclatura linguística é apenas um congresso unificado, se é possível estabelecer representantes do cipoal de correntes e linhas desenvolvidas, desde no século XX. Prevê-se que não seria de fácil consenso definir qual metalíngua utilizar (em Nomenclatura Zoológica, usa-se o latim científico desde o século XVIII). O maior problema, porém, certamente seria determinar o ponto-zero da Linguística.

Uma análise historiográfica levada a cabo, segundo princípios semelhantes ao do ICZN, poderia auxiliar em problemas terminológicos básicos. Dessa forma, aplicado o princípio da anterioridade, sabe-se que a palavra *homonímia* já aparece nas Categorias de Aristóteles, já *polissemia* é termo criado por Bréal, no século XIX. O segundo termo, quando da sua criação, era aplicável sobretudo a questões diacrônicas, ainda que, posteriormente, isso só raramente tenha sido retomado, o que equivale a dizer que o termo técnico *polissemia* sofreu, ele mesmo, polissemia. Numa perspectiva sincrônica, dadas duas palavras *x* e *x'* com mesma expressão (*homofonia*) e significados distintos, quais critérios deveria utilizar para afirmar que se tratam das mesmas palavras com acepções diferentes ou de palavras distintas? Modificar o significado de *polissemia* e *homonímia*, valendo-se da distribuição das formas, como em Câmara Jr (2005³⁷: 27-29, primeira edição de 1970), não se revela, na prática lexicográfica, de grande aplicabilidade e, de fato, Biderman (2005) parece ter tido dificuldade em aplicá-lo. Sem o desenvolvimento de uma terminologia semântica que permita saber, para além da intuição do falante, quais palavras pertencem ou não ao mesmo campo semântico, o método proposto se torna tão ou mais arbitrário que o método histórico que Câmara Jr critica. Tomemos, por exemplo, os sufixos e seu amplo leque de significados: trata-se de polissemia ou de homonímia? A discussão torna-se estéril sem um princípio que norteie a terminologia. Para um observador que desconheça ou não leve em conta as sincronias pretéritas, a coexistência de sentidos gerados em outras épocas aparentemente é caótica. Por isso, houve até os que postulassem o assemantismo dos sufixos. Obviamente, o falante comum não consegue reconstruir o passado da língua que utiliza, pois isso cabe ao linguista. A língua funciona sem necessidade do conhecimento do passado e o pesquisador interessado na atitude pragmática do usuário pode abandonar o elemento histórico, se quer reconstruir o que se passa na mente do falante, mas, se o objetivo é classificar categorias e entender exceções, descrever a língua sem levar em conta esse elemento passa a ser uma atitude parcial. A rigor, pelo método historiográfico, o termo filosófico *homonímia* englobaria a *polissemia*, no entanto, tecnicamente falando, o termo *polissemia* exclui casos de homófonos não-polissêmicos e somente esses poderiam ser denominados *homônimos* pela Linguística, de modo a justificar a oposição dos termos. Assim, perante dois ou mais fenômenos linguísticos homófonos, entendemos que há *homonímia* entre aqueles que não são remontáveis a alguma origem comum (no plano do significante equivaleriam às *formas convergentes*), por não haver nenhum *terminus a quo* conhecido, detectável ou reconstruível. Em oposição, há *polissemia* quando esse elemento comum no passado é rastreável. A dificuldade de se estabelecer o étimo não é uma deficiência metodológica, como quer Câmara Jr, ao querer invalidar a antiga oposição, mas uma deficiência resultante da localização dos dados e de sua organização. Aceitando, porém, a distinção feita acima, não se pode dizer que haja homonímia na variação de sentidos de *-eiro*¹ para nomes de árvores, *-eiro*² para profissões, *-eiro*³ para recipientes etc., uma vez que o conceito de polissemia é mais aplicável: trata-se do mesmo sufixo latino *-arium*, originalmente um formador de adjetivos, o qual inicialmente já tinha alguns sentidos básicos e desenvolveu, paulatinamente, novos sentidos nas línguas românicas (e alguns especificamente em português), uns sobrevivendo precariamente, outros com grande produtividade. A transformação semântica dos sentidos parafraseáveis a eles vinculados requer, contudo, pressupostos claros da semântica histórica (Viaro 2007).

A distinção ainda é útil para resolver problemas para os quais a intuição do falante não funciona. Por exemplo, a Linguística Histórica informa que *-ário* é a forma culta de *-arium*, sufixo latino representado também pela sua forma popular *-eiro*. Isso, porém, é uma simplificação da questão, uma vez que em *-arium* há convergência de formas (homonímia), para além da polissemia do sufixo. Assim, palavras em *-ar*, *-are*; *-al*, *-ale* > *-arium* existem no *corpus* fornecido pelo dicionário Gaffiot (1934): há sete casos de formas provenientes de *-ar* (*pulvinarium*, *lacunarium*, *gemellarium*, *lupanarium*, *boletarium*, *laquearium*, *ansarium*), dois de *-are* (*collarium*, *altarium*) e dois de *-ale* (*mulctrarium*, *ponderarium*). Outro elemento que contribuiu para o obscurecimento do significado de *-arium* foi a equivalência, motivada por semelhança fonética, de sufixos e terminações gregas. O mais importante de todos foi o sufixo *-άριον*. Do grego *γλωσσάριον* provém o empréstimo *glos(s)arium* "glossário", o qual deu azo a outras formações e a um significado especial de *-arium*, a saber, o de "conjunto de x". Um sentido homônimo desse sufixo é o de diminutivo: *bolarium* / *volarium* < *βωλάριον* e, provavelmente, *odarium* < *ωδάριον* e *spongarium* < *σπογγάριον*. Também a terminação *-άρος* tornada neutra (*siparum*) convergiu para uma forma *siparium*, que tem, portanto, um pseudossufixo. Além disso, também uma forma em *-αρεία*, a saber, *αγγαρεία*, foi importada e entendida como *-aria* feminino (*angaria*) ou como plural, donde se deduziu um pseudossufixo *-arium* singular (*angarium*). Valores locativos de *-arium* podem convergir com de outro sufixo, *-orium*, de diferente origem, fato que se torna bastante evidente perante a (rara) oscilação dos dois, como ocorre em *unctorium* / *unctuarium*. Dessa forma, é necessário, no caso de sobrevivência, ao longo de diacronia, separar o que é de fato homonímico (ou seja, com origens distintas) do que é polissêmico (com mesma origem).

De fato, no sentido definido acima, há outros casos: o sufixo *-agem*, por exemplo, é uma forma convergente do *-aginem* latino e do *-age* provençal e francês < latim *-aticum* (Gonçalves 2009). Os homônimos, contudo, não se confundem com os *pseudossufixos*, desse modo, *macaxeira* provém do tupi *makaxéra* e não possui, de fato, o mesmo sufixo de *pereira* < latim **piraria*, apesar de serem ambas plantas (cf. *roseira*). Para um falante comum, o *-eira* da primeira palavra em nada se distingue do segundo. A opacidade do pseudorradical *macax-* não é obstáculo para essa identidade (cf. *chiqu-* de *chiqueiro*, quando se depreende o *-eiro* "local onde se guarda X", como em *galinheiro*). Por outro lado, dizer que a terminação *-eira* de *macaxeira* é um sufixo, do ponto de vista diacrônico, é falso, pois não possui o mesmo étimo ou *terminus a quo* de *pereira*. Na verdade, nesse caso, está claro que, para o uso, não importa a história, e pode faltar o elemento diacrônico entre os pressupostos de um modelo sincrônico com vistas à compreensão da comunicação. Para a descrição das palavras terminadas em *-eiro*, contudo, omitir a informação de que aí houve convergência seria colocar o recorte metodológico acima de um pressuposto mais básico: o de que a língua é dinâmica, como já vimos. Ora, o recorte e seus pressupostos só podem ser feitos após estabelecerem-se esses pressupostos mais básicos e, uma vez que ninguém nega que a língua se modifica com o tempo, o pesquisador interessado em descrevê-la não pode deixar de citar tais problemas de origem e de separar esse caso particular, para, posteriormente, fazerem-se classificações e investigações acerca do fenômeno da convergência semântica, que é comprovável também indiretamente pelo indício da grafia analógica (*macaxeira*, com ditongo, e não **macaxera*).

Outro fenômeno que se destaca quando o elemento diacrônico é envolvido é o caso do *arcaísmo*. Por exemplo, como vimos, o *-arium* diminutivo provém ao sufixo homônimo grego *-άριον* e não é derivável por polissemia do sufixo latino *-arium*. Uma palavra como *stillarium* "gotinha", porém, proveniente de *stilla* "gota" é demonstração de que o significado diminutivo do sufixo grego se encontra já produtivo no período clássico. O mesmo se passa com *corollarium* "pequena coroa", *lardarium* "pedaço de toucinho", *olerarium* "legumezinho". Gaffiot considere *ovarium* como sinônimo de *ovum* "ovo", mas é possível que, de um sentido valorativo positivo ou negativo se tenha esvaziado de modo completo, como abonam vários étimos do *Appendix Probi* e palavras no português (cf. *sozinho*). Outros casos de res-

quícios do sentido valorativo: *cibarium* “farinha grosseira” (← *cibus* “alimento”), *pap(p)arium* “papinha”, *velarium* “cortina do teatro” (← *velum* “vela do navio”), *cerotarium* “ceroto, cerol” (= *cerotum*), *thesaurarium* “tesouro”, *diplomarium* “diploma” etc.

Esse uso do *-arium* diminutivo desapareceu completamente no português, com exceção de *igrejário* “pequena igreja”, que se revela um verdadeiro arcaísmo. Essa palavra mostra que o *-ário* diminutivo, no português atual, é raro (prolificidade=1) e improdutivo (produtividade=0). Não se formam mais palavras diminutivas em *-ário*, donde o desconhecimento de sua existência, da parte dos falantes. Sem o elemento histórico, sua paráfrase pareceria uma exceção inexplicável. Dessa foram, um sentido pode estar presente num único testemunho (*hápax*), apesar de, na época de sua criação, ter havido certa produtividade. Dessa forma não se pode excluir do estudo esses casos excepcionais, sem uma investigação aprofundada. Da mesma forma, citando o caso da Mastozoologia, o porco-da-terra ou *aarvark*, cujo nome científico é *Orycteropus afer* (Pallas, 1766), é o único representante da ordem dos tubulidentados, o único da família dos oricteropídeos e o único do gênero *Orycteropus*, embora tenha havido comprovadamente outras famílias, gêneros e espécies em outros momentos da evolução. Não faria sentido excluí-lo do estudo mastozoológico, por causa dessa peculiaridade.

5. O PROBLEMA DAS EXCEÇÕES

Nem todos os elementos excepcionais são, contudo, do mesmo tipo da palavra *igrejário*. Pode-se afirmar que toda exceção é uma contradição às declarações genéricas de um modelo científico e, portanto, sua simples existência o deixa em suspenso. Ficará nessa situação, até que uma variável seja encontrada, a qual, associada ao modelo, consegue torná-lo mais refinado. A associação do modelo com a variável deve fortalecê-lo, de modo que deve passar a explicar não somente a exceção, mas também prever vários outros casos descobertos pela primeira generalização. Às vezes, para retirar o modelo da suspensão, em vez de uma variável, introduz-se algum elemento *ad hoc* até o aparecimento de melhor solução, o que, não raro, não ocorre, deixando-se o modelo remendado. No entanto, essa última postura, apesar de funcionar provisoriamente, tem pouco valor científico (Hessen 1926; Hegenberg 1969).

Perante modelos com um número grande de exceções, a epistemologia mostra que inexoravelmente duas soluções se preveem: ou (1) mantém-se o modelo, que se sustenta, por apego ou tradição, por meio de regras *ad hoc*; ou (2) questionam-se os pressupostos, refazendo-os de maneira tão profunda que nada do modelo anterior é aproveitado. Nenhum modelo é perfeito, pois sempre haverá exceções, mas um modelo com número menor de exceções é preferível a um que só se sustente por meio de um número infinito de variáveis e regras *ad hoc*, dando-lhe aspecto de complexidade, como ocorria em muitas questões da escolástica medieval.

No século XVII, um grande problema era o de como Noé teria levado todos os animais do mundo numa arca com as dimensões apresentadas na Bíblia (aproximadamente 198m. de comprimento, 33m. de largura e 19,8m. de altura). A miríade de animais que povoavam os museus, advindos da América, África e Ásia ofereciam problemas inéditos ao dito bíblico. A explicação dada pelo jesuíta alemão Athanasius Kircher na sua obra *Arca Noe in tres libros digesta* (Amsterdam: Joannis Janssonium à Waesberge, 1675) foi muito bem recebida. Sua argumentação: os animais aquáticos não precisavam obviamente ser levados na arca, tampouco os anfíbios e os invertebrados, pois nasciam por geração espontânea, conforme os pressupostos da época. Portanto, nela transportaram-se somente mamíferos e aves, o que ainda era muito. Segundo o modelo de Kircher, Noé teria levado apenas alguns arquétipos, os quais, uma vez estacionada a arca, se cruzaram entre si, dando geração a muitos animais atuais, que seriam híbridos desses arquétipos. Por exemplo, a girafa proviria do cruzamento do camelo com o pardo (animal citado por Plínio), da mesma forma a marmota seria o cruzamento do esquilo com o texugo; o tatu, do ouriço com a tartaruga; o leopardo, do leão com

o pardo etc. Para todas as espécies conhecidas necessitava apenas de 196 arquétipos, número que podia perfeitamente ser levado por uma arca com as dimensões bíblicas (Papavero *et al.*, 1997). O modelo era perfeito para a época. Era elegante e garantia a verdade dos pressupostos vigentes (a existência da arca e do Dilúvio, a *auctoritas* da Bíblia de Plínio). Posteriormente ao se verificar, contudo, o problema da esterilidade dos híbridos e a falácia da geração espontânea, a hipótese de Kircher se tornou insustentável. Uma teoria cujos pressupostos se fragilizam não consegue ser infinitamente remendada por argumentos *ad hoc*. Num determinado momento, todos seus pressupostos foram questionados, abrindo-se caminho para a teoria de Darwin-Wallace (1859).

Algo semelhante ocorreu quando Copérnico e Galileu defenderam a teoria heliocêntrica contra o consagrado geocentrismo: não se trata apenas de uma comutação dos elementos envolvidos. Como se pode ver, a reformulação teórica alavanca, em curto prazo, a total destruição da teoria anterior. Por um momento, duas teorias para o mesmo fenômeno podem conviver, mas uma delas está fadada a desaparecer, por incompatibilidade, ao se ampliar o escopo do objeto estudado. A maior razão disso advém de pressupostos antagônicos.

As exceções existentes nos estudos de língua tendem a agrupar-se em listas nos modelos. Por isso, encontram-se as listas de exceções da gramática tradicional e mesmo as palavras complexas no Léxico, dos modelos teóricos do Gerativismo (cf. Chomsky 1970) têm por base esse mesmo princípio ordenador. Também em estudos históricos, as exceções aos metaplasmos são problemas normalmente reinterpretados à luz da analogia. Nos estudos que privilegiam a sincronia, as exceções são explicadas, por vezes, por meio da solução do *efeito de bloqueio* (Aronoff 1976) que requer afixos idealmente monossêmicos. Dessa forma, uma palavra formada com radical *x* e sufixo *y* é bloqueada se já houver, de antemão, uma outra com o mesmo radical *x* e sufixo *z*, sendo $z \neq y$, do ponto de vista do significado. No entanto, esse efeito é relativizado pelo fato de a língua ser, na realidade, um conjunto de variedades, como alertado pela Sociolinguística moderna, o que promove sensíveis mudanças no modelo. A língua real não apresenta a invariabilidade de caráter platônico de alguns modelos seiscentistas e setecentistas, cujos princípios também estão presentes no gerativismo (Chomsky 1959; 1965; 1966; 1975).

O argumento a favor de uma produtividade total em Morfologia, diferentemente do que ocorre na Sintaxe, se restringe a casos muito específicos, sendo excepcional nas línguas flexivas. Desse modo são raras, como vimos, as regras regularmente aplicáveis, sem concorrência e com poucas restrições. O mais comum, nas línguas flexivas é a abundância de exceções, parcialmente explicável pelo estudo diacrônico.

Diacronicamente, a terminação *-eiro* de *primeiro* tem o mesmo étimo do sufixo *-eiro* em *abacateiro* ou em *caminhoneiro*, o que justificaria falarmos de polissemia, como vimos. Comumente, porém, não se considera o primeiro caso e os dois últimos são considerados homônimos. Ou seja, negam-se muitos casos excepcionais em nome do recorte sincrônico, que se pauta no julgamento do falante nativo.

Com relação ao *recorte*, é preciso que alguns paralelos sejam feitos. A Mastozoologia não negaria aos monotremados seu *status* de objeto de estudo, por serem excepcionalmente os únicos mamíferos ovíparos atuais, característica ausente nos demais mamíferos. Haverá especialistas mastozoólogos nesta ou naquela ordem (ou mesmo nesta ou naquela família, gênero ou espécie), mas nenhum recorte particular feito por qualquer mastozoólogo excluiria os monotremados da condição de objeto de estudo da Mastozoologia ou de suas generalizações. Similarmente, fazer um recorte não é o mesmo que negar fatos e deixá-los inexplicados. O linguista deve, portanto, reintroduzir as exceções nos modelos mais gerais e somente fazer um recorte em modelos específicos, sob pena de, fazendo o contrário, excluí-las de quaisquer outros modelos possíveis. Para tal, parece-nos que o primeiro passo, porém, deva ser necessariamente indutivo. Não só o sufixo *-eiro* de *primeiro* reassumiria, desse modo, sua posição dentro de uma classificação semântica que preveja a diacronia, mas toda informação recupe-

rável do sufixo latino *-arius* deveria estar lá incluída, a despeito de participar de outro sistema (Viaro: 2006, 2007). Desse modo, desconsiderando o sufixo *-eiro* de *primeiro*, por negar-lhe o fato de que pertença ao mesmo conjunto que outras palavras em *-eiro*. colocamo-lo, em nome de um recorte, junto com os pseudossufixos. Diacronicamente, porém, isso é falso.

Além disso, não seria razoável para a Mastozoologia desconsiderar o lobo-da-tasmânia do estudo taxonômico simplesmente pelo fato accidental de ele estar extinto, como se dele não tivéssemos absolutamente nenhuma informação, como se fosse um animal lendário, cuja existência não pode ser comprovada. No entanto, é comum não se aproveitar quase nada da vasta bibliografia novecentista (ou anterior) da Linguística, no tocante a variedades que hoje já não existem, simplesmente por alegar-se que não havia método nas interpretações dos dados nos períodos chamados pré-científicos. No entanto, o que soaria contraditório, muitos dados realmente não-existent são importantes para a Linguística: as criações virtuais de regras produtivas, por exemplo. Se elementos de sincronias pretéritas e de outras variedades diatráticas e diatópicas não têm o mesmo *status* de formas agramaticais, não se justifica, portanto, sua negação.

A palavra *chuveiro* é perfeitamente segmentável sob uma ótica sincrônica, mas há algo que complica na sua análise. Se é fácil ver nela a base *chuv-* e um sufixo *-eiro*, qual seria a paráfrase a ser feita? Se alguém dissesse que é “objeto por onde sai a água de modo que lembra uma chuva”, tal paráfrase *ad hoc* seria única, o que nos faria pensar que estamos diante de um *hápax*, como em *igrejário*. Outra solução seria a hiperonímia: nesse caso, dir-se-ia que *-eiro* se refere a objetos e a paráfrase teria pouca utilidade: *chuveiro* deixaria a condição de *hápax* e faria parte do mesmo conjunto de que participam *chaleira*, *cafeteira* etc. Que nenhuma das soluções seja ideal confirma ainda o dado histórico, uma vez que as primeiras abonações de *chuveiro* remetem a uma chuva forte (sentido ainda verificável diatopicamente, mas desconhecido da fala de muitos falantes) e não a um objeto. Em Frei Luís de Sousa (1631 Anais de Dom João III) se diz “*Cessou aquele espanto e terror; mas logo sobrevêo outro, que foi um chuva de água tao grossa e tao extraordinária*”. Em suma, quando a palavra foi criada, *chuveiro* tinha o mesmo sentido do sufixo de *nevoeiro*, ou seja, “X intenso”. De fato, o objeto *chuveiro* é nada mais que uma metáfora do sentido mais antigo de “chuva forte” e é a partir desse significado da palavra que se deve partir, numa tipologia, ainda que seja arcaico ou regional para o linguista que o analisa. Dessa forma, um modelo linguístico não deve ignorar a informação diacrônica e a variação diatópica na sua análise, para evitar a solução *ad hoc*, ou seja, deve levar em conta o momento da criação e não um significado qualquer, obtido mediante introspecção ou experiência particular. Pode haver divergência na interpretação dos dados, mas o relativismo científico deve ser entendido como um problema resultante da interpretação dos dados – e da totalidade de informação que temos deles – e não da interpretação *em si*, pois, caso contrário, privilegiar-se-ia a δόξα em vez da επιστήμη. O fato de assim não ser feito, por exemplo, no caso de *chuveiro*, se dá ou porque o analista não conhece esse significado (e assim respeita exclusivamente a sua intuição de falante) ou porque o considera anacrônico, por estar numa época que julga passada, a despeito de haver falantes (de outras regiões ou de outras classes sociais) que ainda usem a palavra na acepção original. Se, porém, o escopo da pesquisa é a própria língua e não sua função comunicativa, o linguista deve voltar-se a quaisquer dados para buscar os porquês das idiosincrasias, da mesma forma que o taxonomista deve buscar dados nos fósseis e em animais extintos preservados em museus para entender aspectos evolutivos, fisiológicos ou mesmo etológicos. Os tipos envolvidos nas descrições biológicas são classificados, descritos, conservados em locais acessíveis ao especialista, divulgados em revistas que as catalogam e julgam e, por fim, são discutidos. Os dados linguísticos, no entanto, raramente passam por todas essas fases. Uma palavra sufixada, numa dada sincronia, que forme um *hápax* semântico não é prova do assemantismo ou de excesso de arbitrariedade semântica dos sufixos, mas um fato a ser investigado.

Resumindo, uma Morfologia descritiva deve incluir o elemento diacrônico na paráfrase de cada elemento substituindo *intuição do falante nativo ingênuo* pela *reconstrução do sig-*

nificado no momento da criação. A dificuldade de se obter esse elemento não é menor que a do outro. Também outras ciências, como a astronomia trabalham com objetos de estudo praticamente inescrutáveis. Para isso existem os modelos científicos.

6. O CONCEITO DE COMPETÊNCIA

Um pressuposto muito caro ao Gerativismo é a questão da competência do falante para julgar sobre sua própria língua. Ora, isso é perfeitamente possível dentro de uma perspectiva estritamente sincrônica, uma vez que o falante continuamente toma decisões na decodificação, pautado justamente nessa capacidade que tem, em última instância, suportes cognitivos.

Chomsky (1965: 4-5) define *competência* como "*the speaker-hearer's knowledge of his language*". Dessa premissa deriva a sua definição de *gramática*, a saber, "*a description of the ideal speaker-hearer's intrinsic competence*". Em outra obra, após a mesma formulação, explica que "*we may (...) think of the study of competence as the study of the potential performance of an idealized speaker-hearer who is unaffected by such grammatically irrelevant factors*" (Chomsky & Halle 1968: 3). Nos anos seguintes, buscou-se ampliar o escopo dos modelos linguísticos, haja visto, como se subentende nos dizeres do próprio Chomsky, as comunidades não são homogêneas, os falantes não têm conhecimento integral da língua, a memória tem restrições, sem falar da importância para um modelo cognitivo da linguagem, da atenção, dos lapsos e das crenças.

Paralelamente, o conceito chomskyano de competência deu ao falante poderes inéditos, como o julgamento da *gramaticalidade* (Chomsky 1957: 13-17). A *gramaticalidade*, segundo o gerativismo, pertence ao estudo da competência, enquanto a *aceitabilidade* se restringe à *performance* (Chomsky 1965: 3-15). O julgamento da gramaticalidade instaurou uma nova metodologia que, apesar de útil para diversos fins, é um dos pressupostos incompatíveis com a perspectiva diacrônica, pois não é possível aplicá-la nas sincronias pretéritas ou mesmo em outras variantes não dominadas pelo analista. O que o falante sabe sobre sua língua, na verdade, não importa muito, para uma descrição da língua, dada a complexidade desse objeto de estudo. Medir o grau de domínio da língua do analista ou alguma dimensão de sua reflexão metalinguística é importante para questões sobre seu funcionamento, mas as verdades universais só parcialmente dependem do observador e modelos de descrição linguística pretendem reproduzir sua essência, que transcende a experiência empírica. Ademais, é sabido que todo cientista deve ter um grau de distanciamento em relação ao seu objeto de estudo, sob pena de nele fazer transferências ou injunções.

Nos anos que antecederam o gerativismo, tal postura era, até mesmo, posta sob suspeição: "*the decision rests with the native speaker of the language, and to this extent the description of any language will be subjective*" (Nida 1949: 56-57). De fato, o falante é apenas um observador de sua língua, sem nenhum conhecimento para além da sua experiência e pode, involuntariamente, falsear muitas conclusões, como amiúde se vê nos testes de gramaticalidade ou em questões etimológicas.

A *língua* enquanto "fenômeno complexo que funciona com a finalidade comunicativa intra e intersubjetiva" e a *língua* enquanto "conjunto de signos, palavras e regras, herdado e transmitido com modificações imperceptíveis entre os falantes de uma comunidade" podem ser, aliás, objetos de estudo de ciências distintas. Uma ciência que se dedicasse à primeira procuraria compreender como se dá a comunicação e a cognição, poderia ignorar a diacronia e focaria a pragmática, ao passo que uma ciência voltada à segunda buscaria explicar a estrutura linguística, a qual não foi formada de uma vez só e, portanto, não poderia prescindir de dados históricos. Seriam, portanto, tão distintas como o são a Medicina e a Biologia. De qualquer forma, nada justificaria, porém, o desconhecimento mútuo, da mesma forma que Química e Física precisam dialogar em seus modelos. Criticar reciprocamente o objeto de estudo seria

algo como um zoólogo criticar um botânico por estudar plantas e não animais: essa separação dos seres vivos só se faz necessária devido às suas diferenças estruturais e, em grande parte, à tradição da Biologia. Se o entendimento do funcionamento da fotossíntese é interessante, mas não para um zoólogo, o mesmo não se pode falar dos elementos comuns a plantas e animais, como as células.

Por mais caro que seja o conceito de competência a questões sincrônicas, não se encontra entre os pressupostos de questões diacrônicas e, em particular, para estudos sobre a produtividade. Forçar uma síntese, nesse caso, gera contradição, provocando, em muitos momentos, um *non sequitur* nas argumentações.

7. MODELOS CIENTÍFICOS EM LINGÜÍSTICA

Conceitos como nomes, verbos, derivação, sufixos e desinências, usados pela Linguística de viés sincrônico ou diacrônico, foram herdados da gramática tradicional, reformulados e redefinidos pelas teorias exsurgentes. Na historiografia, portanto, se devem procurar os pressupostos sobre os quais se erigem teorias linguísticas e seus inúmeros modelos.

Como vimos, há muitas formas de entender a produtividade, mas raramente as divergências epistemológicas são elucidadas e, por isso, não é difícil confrontar-se com paradoxos: se a língua, por definição, fosse um léxico com algumas regras, nenhum movimento na língua deveria ser perceptível, para além da geratividade sentencial. Dessa forma, a ideia de *derivação* em Morfologia seria, por si só, paradoxal e discutir questões como a da produtividade nem ao menos faria sentido. Se, porém, nessa língua se admite a derivação, mas não a transformação diacrônica, o escopo de tal modelo aparentemente só satisfaz problemas de línguas mortas ou de línguas artificiais, pois a cada novo elemento lexical, sempre se aplicariam as mesmas regras. Ora, as línguas reais vivas têm variedades, alteram-se com o tempo e acumulam, de modo estocástico, todo tipo de regra, produtiva ou não.

É bastante conhecida a passagem dos modelos de *item e arranjo*, para os de *item e processo* e, por fim, os de *palavra e paradigma* (Spencer 1991: 49-56); no entanto, não deveria ver-se nessa sequência nenhum progresso (aliás, sequer é uma cronologia), o que pode fazer confundir a passagem do tempo com uma evolução do saber. À medida que se aceitavam as transformações, abandonava-se a visão diacrônica. Perante pares como *groom/bridegroom*, *sand/sandblind*, *fake/fakir*, *noise/noisome*, Nida (1949: 56-57) afirma que “*such data are in conflict with the history of language, but are pertinent to a descriptive analysis*”. Nida, sem negar a história, não a considerou apenas por finalidades metodológicas. Em contrapartida, a integração entre história e descrição é buscada hoje com muito empenho, mas, sem muita revisão de conceitos, talvez por ainda haver poucos pesquisadores que transitem pelos dois campos.

Como dissemos, a introspecção não consegue substituir a investigação dos dados, pois a primeira se volta para o aspecto funcional da língua e a segunda, para o tipológico. Introduzir a competência entre os pressupostos de um modelo equivale à disponibilização de um elemento subjetivo altamente poderoso, como o bom-senso: algo inédito em qualquer ciência.

É do bom-senso que seres com formato semelhante sejam classificados juntos, mas a Biologia não se deixa levar pelo epifenômeno da aparência, que é, antes de tudo, mero julgamento pautado nos sentidos humanos. Se assim agisse, agruparia – dadas as semelhanças de alguns órgãos que funcionam como nadadeiras – focas, peixe-bois, baleias, pinguins, o extinto ictiossauro, tubarões e sardinhas (ou seja, mamíferos, aves, répteis, condríctes e osteíctes). A verdade científica, porém, normalmente busca transpor o bom-senso. Alguns insetos podem parecer muito semelhantes entre si (por exemplo, nos casos de homoplasias por convergência), embora essas características comuns revelem, muitas vezes, evoluções distintas. Isso ocorre em espécies distintas ou mesmo entre famílias ou ordens, pois é a evolução dos caracteres que conta e não os caracteres em si. Por exemplo, entre os insetos, os mantídeos, os mantispídeos e

os efridídeos dos gêneros *Ochthera* e *Stenochthera* desenvolveram independentemente uma função raptorial do primeiro par de patas que lhes confere uma aparência muito similar, contudo, tais insetos pertencem a ordens totalmente distintas e não possuem ancestral comum com essa característica. A semelhança dos fenômenos, apesar de nortear a cognição humana, dá lugar a elementos mais significativos, muitas vezes pouco óbvios: no caso da Biologia, a fisiologia, a ontogenia, a genitália, o genoma; na Linguística, o étimo e as palavras aparentadas em outras línguas ou variantes não necessariamente do domínio do analista. Resumindo, o que conta é o *objeto* e não o *sujeito* percipiente. Para atingir verdades acerca da essência da língua é necessário investigar fontes ou fazer testes e não usar a introspecção cartesiana, que remonta a uma experiência individual ou a erros interpretativos que fogem do objeto em si.

O falante nativo, julgando apenas pelo seu bom-senso, tem direito de, por exemplo, afirmar erroneamente que uma palavra da linguagem coloquial (por exemplo, *legal* no sentido de “muito bom”) seja um neologismo, mas, numa situação ideal, respaldado por bancos de dados organizados que pudesse consultar nos momentos de dúvida, um cientista da linguagem, cercado de toda informação sobre a mesma palavra, não deveria fazê-lo jamais e se o faz, revela a situação precária em que se encontram os dados sobre os quais generaliza e teoriza. Não há, de fato, um equivalente ao *Zoological Records* para a Linguística, mesmo os *corpora* em projetos excelentes que visam a uma centralização da informação, como a *Linguateca* (<http://www.linguateca.pt/>) estão ainda longe de se lhes equipararem, antes são um primeiro passo.

8. CONCLUSÕES

Dever-se-ia pensar em quanto realmente os novos modelos superam os anteriores. Todos sabemos que o trabalho feito pelos historiógrafos nos têm revelado nomes esquecidos e, não raro, surpresas. Foi assim que se redescobriu que Gyarmathi (1799) foi anterior a Bopp (1816) nos estudos comparativos; que o indiano Pāṇini (VI a.C.) antecedeu em seu *Aṣṭādhyāyī*, em muito tempo, a gramática transformacional; que Fernão de Oliveira (1536) já utiliza metodologia estruturalista e que Kruszewski (1881) em muitos pontos antecipa os mais brilhantes momentos do *Cours* de Saussure (1916). Na falta de um princípio da prioridade, igual ao da Taxonomia Zoológica, porém, a figura do precursor é mera curiosidade. Abundam ainda “marcos de cientificidade” que, supostamente, teriam colocado alguma ordem no caos anterior. Somado a isso, algo parecido com o princípio medieval da *auctoritas* refreia novas revoluções. Finalmente, muitas vezes, a crença na *evolução* das ideias se fez crer por manuais de historiografia no período do pós-guerra (como o de Leroy 1964).

Falta, não só uma metalinguagem acima das correntes (como o nome científico em Biologia e Botânica), mas uma série de definições consensuais que diminuam a excessiva polissemia na terminologia linguística. Já houve tentativas nesse sentido (Bloomfield 1926), mas a aceitação unânime dessas ferramentas aparentemente só funcionou, até agora, com o IPA, que, por sua vez, substituiu, sem superar, o alfabeto de Lepsius (1863). Sem as definições e metalinguagem próprias, é custoso saber se os autores tratam do mesmo fenômeno ou não. Aparentemente o relativismo sempre é invocado nesses momentos.

Uma vez aceita a dinamicidade da língua, muitas outras premissas se seguem. Toda língua compõe-se, por exemplo, de um léxico e de regras, os quais foram construídos por falantes, ao longo de muito tempo. Desse modo, como mostra o estruturalismo, cada sistema é independente. No entanto, parte significativa do léxico, transita entre várias línguas, graças aos fenômenos do empréstimo (por contato ou por prestígio) e do políglotismo. A oposição herança x empréstimo, assim, se tornará fluida se, a partir do léxico de duas línguas quaisquer, se abstrair elementos que possuem origem comum. De fato, um elemento lexical qualquer, a despeito das idiosincrasias fonéticas e semânticas que adquire

do sistema a que se vincula, pode ser compreendido e descrito em toda sua completude, prescindindo-se *a priori* de considerações sobre se pertence ou não a um dado sistema. Não importando quais sentidos particulares adquiriu numa língua específica, a mesma palavra, que está em outra língua, traz em si informação que o linguista não deve desconsiderar. Ora, sabe-se que a preservação de formas é dependente do tipo de classe que as inclui no sistema: artigos, preposições e pronomes são reconhecidamente mais conservadores, ao passo que substantivos, verbos, adjetivos e até numerais são, muitas vezes, empréstimos. A classe tradicional dos advérbios tem ambas as características, dependendo do subconjunto enfocado. A maioria das conjunções não se encaixa necessariamente no primeiro grupo, uma vez que têm grande capacidade de remodelação intersistêmica.

Para uma morfologia que leve em consideração o elemento diacrônico, é de relevância não só a história das classes, mas também a das unidades morfológicas, as quais podem perpassar sistemas diacronica ou diatopicamente. Metodologicamente, numa descrição dos fatos morfológicos, é secundária a compreensão de como ocorre a reunião desses elementos, numa sincronia qualquer, para os fins comunicativos que serve, no entanto, a investigação semântica desses elementos necessitaria de descrições sincrônicas, que são *in fine* construtos ideais, mas não a língua *per se*, a qual envolve muitas sincronias e variedades.

Da mesma forma que é indiferente para a Biologia *lato sensu* se uma pesquisa específica trata de Etologia, Ecologia ou Taxonomia, o recorte do linguista não diz muito à Linguística *lato sensu*. No entanto, não compreender isso já foi motivo de desentendimentos entre correntes e seguidores. Após a década de 50, ampliou-se o discurso a favor de um estudo sincrônico em detrimento do diacrônico. Hoje vemos trabalhos em que as perspectivas sincrônica e diacrônica convivem (Hopper & Traugott 1993; Bybee & Hopper 2001; Kroch 2001; Heine & Kuteva 2002; Silva, Torres & Gonçalves 2004). Isso se dá porque esses eixos não são apenas modos opostos de encarar um mesmo objeto de estudo, pelo contrário, revelam *objetos* completamente distintos. Os modelos que podem prescindir da diacronia parecem mais adequados para explicar fenômenos que envolvam a comunicação, a cognição e aspectos pragmáticos. No entanto, para entender o funcionamento da língua, para fazer a descrição de sua estrutura, para entender a neologia e a produtividade, o elemento diacrônico se revela imprescindível. O salto da indução para um modelo dedutivo, desse modo, ainda não se efetivou completamente. No entanto, uma nova Linguística que focalize a essência do fenômeno chamado “língua” deverá surgir dialeticamente por entre as escolas, com metalinguagem e método próprio, questionando posturas dogmáticas, restaurando ideias perdidas e alertando para a incompatibilidade de algumas ferramentas.

Agradecimentos

Agradeço a Sandra A. Ferreira (UNESP/Assis), pela leitura do manuscrito e sugestões, a Nelson Papavero (MZ-USP), pelas inúmeras informações e indicações bibliográficas, fornecidas em seus cursos e livros, assim como a Zwinglio O. Guimarães-Filho (IF-USP), pela confecção de gráficos e tabelas, bem como análises quantitativas utilizadas pelo GMHP.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aronoff, Mark (1976): *Word formation in Generative Grammar*. Cambridge, MA: MIT.
- Basilio, Margarida (2002): "O estudo da morfologia no português falado: condições de produção e condições de produção", em Ataliba T. de Castilho (ed.), *Gramática do português falado*, vol. III. Campinas: Unicamp, 364-372.
- Biderman, Maria T. C. (2005): *Dicionário do estudante*. São Paulo: Globo.
- Black, Jeremy (2000): "History of morphological research: from antiquity to the 19th century", em Geert Booij / Christian Lehmann / Joachim Mugdan (eds.), *Morphologie: ein internationales Handbuch zur Flexion und Wortbildung*. Berlin / New York: Walter de Gruyter, 34-41.
- Bloomfield, Leonard (1926): "A set of postulates for the science of language", *Language* 2, 153-164.
- Bopp, Franz (1816): *Über das Conjugationssystem der Sanskritsprache in Vergleichung mit jenem der griechischen, lateinischen, persischen und germanischen Sprachen*. Frankfurt am Main: Andräische Buchhandlung.
- Bréal, Michel (1897): *Essai de sémantique (science des significations)*. Paris : Hachette.
- Bybee, Joan L. (1985): *Morphology : a study between meaning and form*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.
- Bybee, Joan L. / Paul Hopper (2001): *Frequency and the emergence of the linguistic structure*. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins.
- Câmara Jr, Joaquim M. (2005³⁷): *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis: Vozes.
- Chomsky, Noam (1957): *Syntactic structures*. La Haye: Mouton & Co.
- Chomsky, Noam (1965): *Aspects of the theory of syntax*. Cambridge, MA: MIT.
- Chomsky, Noam (1966): *Cartesian linguistics: a chapter in the history of Rationalism thought*. New York: Harper & Row.
- Chomsky, Noam (1970): "Remarks on nominalization", em Jacobs, Roderick A. / Peter S. Rosenbaum (eds.), *Readings in English transformational grammar*. Waltham / Toronto / London: Ginn and Company, 184-221.
- Chomsky, Noam (1975): *Reflections on language*. New York: Pantheon.
- Chomsky, Noam / Morris Halle (1968): *The sound pattern of English*. New York: Harper & Row.
- Coseriu, Eugenio (1973): *Sincronía, diacronía e historia: el problema del cambio lingüístico*. Madrid: Gredos.
- Gaffiot, Félix (1934): *Dictionnaire latin-français*. Paris: Hachette.
- Gonçalves, Anielle A. G. (2009): *Diacronia e produtividade dos sufixos -agem, -igem, -ugem, -ádego, -ádigo e -ádiga no português*. São Paulo: FFICH USP.
- Gyarmathi, Sámuel (1799): *Affinitas linguæ hungaricæ cum linguis fennicæ origines grammaticæ demonstrata*. Göttingen: Typ. Joann. Christian. Dieterich.
- Hegenberg, Leonidas (1969): *Explicações científicas*. São Paulo: Edusp/Herder.
- Heine, Bernd (1997): *Cognitive foundation of grammar*. New York / Oxford: Oxford University Press.
- Heine, Bernd / Tania Kuteva (2002): *World lexicon of grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Hessen, Johannes (1926): *Erkenntnistheorie*. Bonn: Ferdinand Dümmler.
- Hopper, Paul / Elizabeth C. Traugott (1993): *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press.

- Jansky, Herbert (1982): *Lehrbuch der türkischen Sprache*. Wiesbaden: Otto Harrassowitz.
- Kiparsky, Paul (1973): 'Elsewhere' in Phonology, em Stephen R. Anderson / Paul Kiparsky (eds.), *Festschrift for Morris Halle*. New York: Holt, Rinehart and Winston.
- Kroch, Anthony S. (2001): "Syntactic change", en Martin Baltin / Chris Collins (eds.), *The handbook of contemporary syntactic theory*. Malden: Blackwell.
- Kruszewski, Mikołaj Habdank (1881): *Über die Lautabwechslung*. Kasan: Universitätsbuchdruckerei.
- Lepsius, C. Richard (1863²): *Standard alphabet for reducing unwritten languages and foreign graphic systems to a uniform orthography in European letters*. London / Berlin: Williams & Norgate / W.Hertz.
- Leroy, Maurice (1964). *Les grands courants de la linguistique moderne*. Bruxelles / Paris: Presses Universitaires de Bruxelles / Presses Universitaires de France.
- Nida, Eugene A (1946²): *Morphology: the descriptive analysis of words*. Ann Arbor: The University of Michigan Press.
- Oliveira, Fernão de (1536/2001): *Gramática da linguagem portuguesa*. Edição crítica, semidiplomática e anastática por Amadeu Torres e Carlos Assunção com um estudo introdutório de Eugenio Coseriu. Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa.
- Papavero, Nelson / Dante M. Teixeira / Jorge Llorente-Bousquets (1997): *História da biogeografia no período pré-evolutivo*. São Paulo: Pleiade/FAPESP.
- Rio-Torto, Graça M. O. S. (1993): *Formação de palavras em português: aspectos da construção de avaliativos*. Coimbra. Tese de doutoramento inédita.
- Rocha, Luiz C. A. (1998): *Estruturas morfológicas do português*. Belo Horizonte: UFMG.
- Said Ali, Manoel (1921): *Lexeologia do portuguez historico*. São Paulo: Melhoramentos.
- Salmon, Paul. (2000): "The term 'Morphology'", em Geert Booij / Christian Lehmann / Joachin Mugdan (eds.), *Morphologie: ein internationales Handbuch zur Flexion und Wortbildung*. Berlin / New York: Walter de Gruyter, 15-22.
- Saussure, Ferdinand de (1916): *Cours de linguistique générale*. Paris: Payot.
- Schuchardt, Hugo E. M. (1866-1868): *Der Vokalismus des Vulgärlateins*, 3vols. Leipzig: Teubner.
- Schuchardt, Hugo E. M. (1885): *Über die Lautgesetze – Gegen die Junggrammatiker*. Berlin: R. Oppenheim.
- Silva, Augusto S. Da / Amadeu Torres / Miguel Gonçalves, (2004): *Linguagem, cultura e cognição: estudos de linguística cognitiva*, 2vols. Coimbra: Almedina.
- Spencer, Andrew (1991): *Morphological theory: an introduction to word structure in generative grammar*. Cambridge: CUP.
- Viaro, Mário Eduardo (2006): "Problemas de morfologia e semântica histórica do sufixo -eiro", *Estudos Lingüísticos* 35, 1443-1452.
- Viaro, Mário Eduardo (2007): "Estudo diacrônico da formação e da mudança semântica dos sufixos -eiro/-eira na língua portuguesa", em Gladis Massini-Cagliari et al. (eds.), *Trilhas de Matto-so Câmara e outras trilhas: fonologia, morfologia, sintaxe*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 45-84.